

A polícia pede tempo

Apesar de reconhecido um dos seqüestradores, o inquérito emperrou e foi adiado

Quando uma pessoa testemunha um crime e, posteriormente, identifica um dos envolvidos por meio de fotografias, torna-se necessário, segundo a técnica policial, realizar uma acareação — ou seja, reunir frente a frente, para esclarecimentos e confirmação da identificação, o acusado e a testemunha. No dia 17 de novembro último, os jornalistas Luís Cláudio Cunha e João Batista Scalco, de VEJA, testemunharam, em Porto Alegre, o seqüestro da cidadã uruguaia Lilian Celiberti, que vivia no Brasil. Em sua edição da semana passada, VEJA revelou que, por meio de fotografias, os dois identificaram o ex-jogador de futebol "Didi Pedalada", aliás o investigador do DOPS gaúcho Orandir Portassi Lucas, como uma das pessoas que lhes apontaram um revólver no apartamento de Lilian em Porto Alegre, para onde tinham se dirigido a fim de apurar informação que haviam recebido por telefonema anônimo. Dias mais tarde, Lilian, seus dois filhos menores, Camilo e Francesca, e o cidadão uruguaio Universindo Dias, que dividia com ela o apartamento, apareceram numa prisão de Montevideú.

Até o final da semana passada, porém, as autoridades encarregadas do inquérito que apura o seqüestro não haviam colocado frente a frente Cunha, Scalco e o policial Lucas. Em vez disso, deixaram o acusado em liberdade, proibiram-no de fazer qualquer declaração à imprensa e recusaram-se a informar o que eventualmente ele teria dito, em sua defesa, a seus superiores. Protegido também pela solidariedade de colegas, Didi passou até mesmo a contar com uma nutrida guarda pessoal que nos últimos dias ameaçou repórteres, confiscou e velou os filmes de um cinegrafista e bloqueou a entrada do prédio n.º 148 da rua Antônio Carlos Tibiriçá, em cujo apartamento n.º 302 reside o antigo jogador. Nas escassas vezes em que esteve mais próximo dos jornalistas, Didi preocupou-se em evitar fotografias e advertir: "Já estou perdendo a paciência. Se isso continuar, vou apelar", disse ele ao grupo. Em nenhum momento o policial julgou conveniente aproveitar

a oportunidade para, por exemplo, manifestar publicamente sua possível inocência.

MAIS TRINTA DIAS — Na verdade, a identificação de um dos seqüestradores que, esperava-se, deveria facilitar e apressar o trabalho da apuração da polícia acabou surpreendentemente atravancando e prejudicando as investigações. Assim, ao esgotar-se o prazo do inquérito instaurado pela Polícia Federal, na manhã de quinta-feira, seus responsáveis resolveram pedir mais trinta dias de prorrogação. Foi, de fato, uma semana de anticlímax. A publicação do nome, número de matrícula e fotografia de Didi Pedalada em VEJA teve o dom de estabelecer considerável movimento em alguns andares do prédio da Secretaria da Segurança Pública, no início da semana — especialmente no 2.º onde funciona o DOPS e no qual trabalha o delegado Pedro Seelig, suspeito de envolvimento no seqüestro.

Alertado pela notícia, o governador do Estado, Synval Guazzelli, que pretendia permanecer de férias em sua fazenda de Vacaria até 2 de janeiro, anunciou seu pronto regresso a Porto Alegre, onde manteria reuniões com o secretário da Segurança e com o jornalista Luís Cláudio Cunha. "Guazzelli vai virar a

Surge o primeiro nome

Os repórteres de VEJA identificaram um dos seqüestradores dos quatro uruguaios extorquidos em Porto Alegre. Resu à polícia dizer onde ele está



Didi saindo do bar: está perdendo a paciência

mesa", garantiam alguns policiais descontentes com a repercussão do caso. "O secretário da Segurança pode ser demitido." Os temores eram plenamente justificados — afinal, várias vezes o governador dissera que elucidar o caso dos uruguaios é uma "questão de honra" para ele, e que os responsáveis serão punidos, "doa a quem doer".



FOTOS RICARDO CHAVES

Moura Jardim: nota contraditória

ra, a inocentar genericamente os "órgãos" da Secretaria.

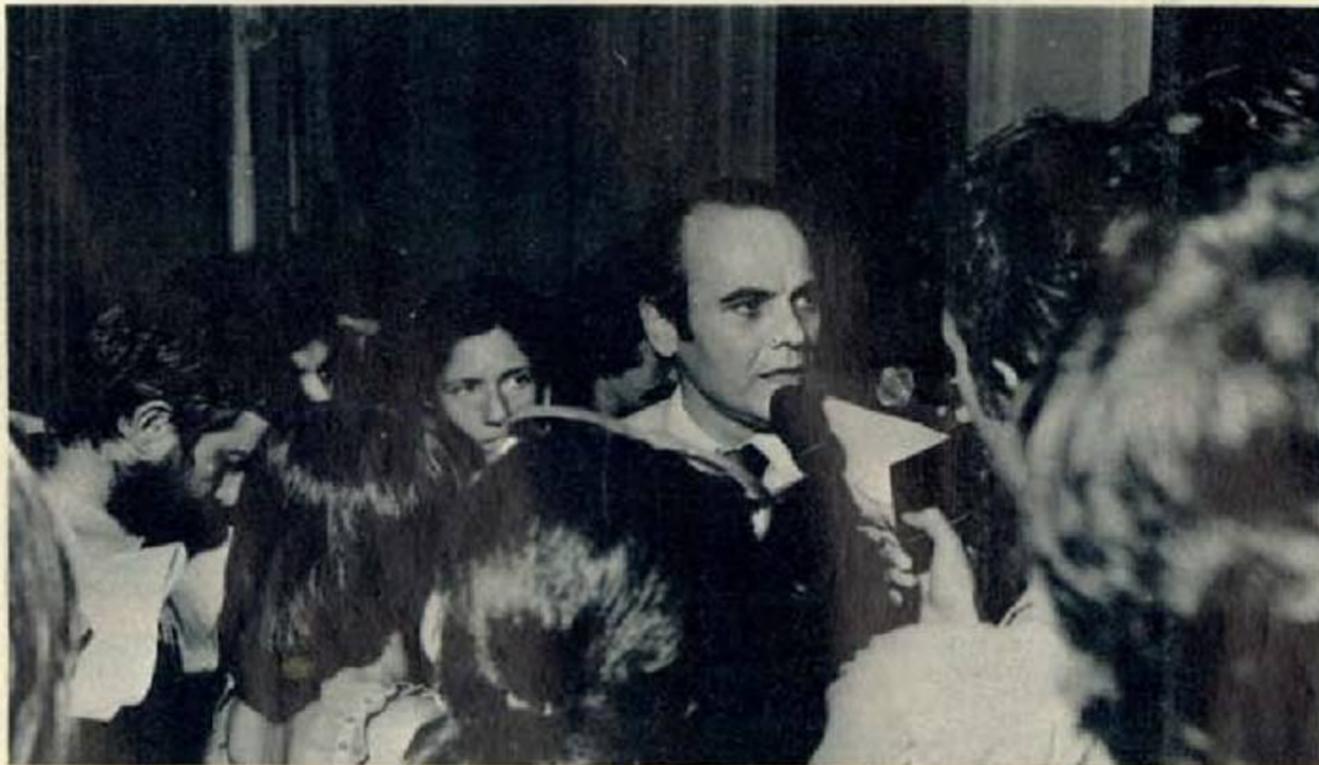
Além disso, a nota provocaria uma clara contradição ao dizer que Didi Pedalada "está prestando serviços na Escola de Polícia desde 14 de setembro do corrente ano". Diante disso, os jornalistas percorreram rapidamente as quatro quadras que separam a Secretaria da Escola de Polícia e pediram para conversar com seu diretor. Surpreso, o delegado Adílio Machado Rodrigues informou que o policial prestava serviços eventuais à Escola, mas não estava lotado lá, de onde saía no dia 31 de agosto passado, após concluir o curso de escrivão e inspetor. "Ele trabalha no DOPS", garantiu Rodrigues.

No dia seguinte, as atenções concentraram-se na sede do governo gaúcho, onde Guazzelli receberia o coronel Moura Jardim e o jornalista Luís Cláudio Cunha. Para surpresa dos quase quarenta repórteres que cercavam a en-

dade e uma infâmia" querer ligar o DOI-CODI ao crime.

Depois de conversar privadamente com Moura Jardim por mais de uma hora, Guazzelli disse a VEJA que realmente tratava-se apenas de "uma coincidência" o fato de o comandante do III Exército ter escolhido aquele dia e aquela hora para dar-lhe os cumprimentos de ano novo. E mesmo a interrupção das férias governamentais em Vacaria não estaria ligada ao seqüestro. "Vim para assinar a papelada do pagamento do funcionalismo", asseverou Guazzelli a Luís Cláudio Cunha. E, como Correa, pediu a todos paciência e confiança no inquérito conduzido pela Polícia Federal. Dito isso, embarcou de volta para sua fazenda.

Algumas dúvidas, contudo, ficaram no ar. Se se tratava apenas de coincidência, por que, antes da audiência com o governador, o general Samuel Alves Correa reunira-se durante a manhã inteira com o secretário Moura Jardim, o superintendente da Polícia Federal, coronel Luís Macksen de Castro Rodrigues e o deputado arenista Cícero do Amaral Viana? Por que tanta tranqüilidade se também o menino Camilo Casariego tinha reconhecido naquela semana, em Montevideu, para jornalistas de Porto Alegre, o mesmo Didi Pedalada?



Guazzelli: providências só depois de encerrado o inquérito

"NENHUM ÓRGÃO" — Dessa forma, estabeleceram-se nos primeiros dias da semana algumas pequenas confusões e contradições. Na terça-feira, ao meio-dia, o secretário da Segurança, coronel Moura Jardim, divulgou uma nota oficial dizendo que "nenhum órgão desta Secretaria teve qualquer participação nesta ocorrência". Quanto a Didi, já fora ouvido, "nada tendo sido apurado até agora como atuação irregular do mesmo".

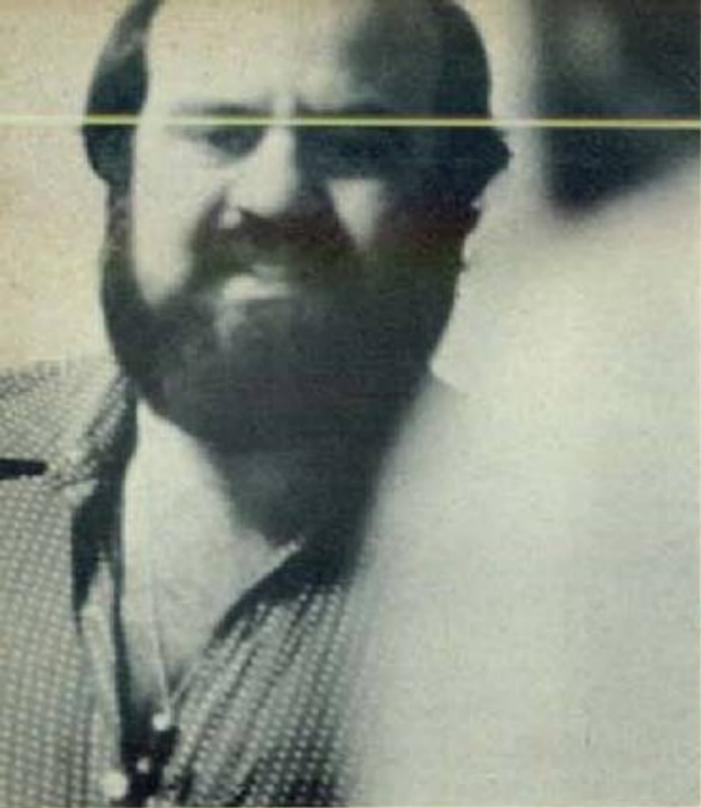
A nota, de qualquer forma, além de bem menos enfática que outras anteriores, deixava um pequeno caminho aberto: em relação a Didi, falava de irregularidade "até agora"; e, em vez de negar o envolvimento de "policiais", como nas outras ocasiões, restringia-se, ago-

trada do Palácio Piratini, contudo, o secretário da Segurança chegou para a entrevista seguido por um carro oficial do qual desembarcou o comandante do III Exército, general Samuel Alves Correa.

PAPELADA — "Vim trazer os cumprimentos de ano novo ao governador", explicou o general — e entrou no Palácio, acompanhado pelo chefe do Estado-Maior do III Exército, general Paulo Campos Paiva. Ao sair, 40 minutos mais tarde, Correa negou-se a vincular sua visita ao caso do seqüestro, sobre o qual fez apenas rápidos comentários, pedindo "bom senso" a todos, reafirmando sua confiança nos resultados do inquérito e considerando "uma levian-

COM O FUTURO — Pelo menos a presença de Amaral Viana na reunião ficaria rapidamente esclarecida: sua missão seria fazer um contra-ataque às denúncias, mas só no plano político — sem responder, portanto, a nenhuma das questões objetivas levantadas até então. No dia seguinte, ele subiu à tribuna da Assembléia Legislativa e denunciou a "sanha associada à subversão para desfazer, para acabar com os órgãos de segurança do Estado e do país". Reunido o comandante do III Exército, o secretário da Segurança e o superintendente da Polícia Federal num só elogio, festejou: "Feliz o povo, feliz o Estado que tem na chefia de suas forças homens de patriotismo como estes". Em seguida, lembrou que o casal uruguaio ("que nem bem era um casal, na acepção cristã do termo") era criminoso em seu país e arrematou acusando a campanha de fundos em favor da brasileira Flávia Schilling, presa em Montevideu, de "estelionato para roubar o bolso do povo".

Quanto ao menino Camilo, sua vida e a de seus avós, em Montevideu, tornou-se bem mais difícil após o reconhecimento de Didi Pedalada. A família



João Castro: não, não e não

tem recebido visitas de policiais brasileiros disfarçados de jornalistas e de oficiais uruguaios que passam manhãs inteiras pressionando dona Lilia Casariego, mãe de Lilian. "Pense na segurança de seus netos", insinuam os militares. "O juiz de menores já está preocupado com o futuro de Camilo. Afinal, não foi feita nenhuma investigação sobre sua vida antes de as crianças serem entregues a sua guarda."

Camilo também tem sofrido pressões diretas. Está praticamente convencido, a essa altura, de que os brasileiros o seqüestraram e os uruguaios o salvaram, entregando-o com sua irmã aos avós. "Para ele, o que houve, e isso não é bom", contou dona Lilia, a Pedro Maciel, de VEJA, "foi que policiais brasileiros seqüestraram sua mãe. Ele já fica nervoso quando um brasileiro fala com ele. Passa dias agitado e não dorme direito. Por favor, poupem o menino."

ASILO — Assim, a avó de Camilo não permitiu que o enviado especial de VEJA, Pedro Maciel, levasse pessoalmente fotos de policiais gaúchos — entre eles Didi Pedalada — para que o garoto os identificasse ou não. Ela mesma se encarregou de mostrar-lhe as fotografias e no dia seguinte, sexta-feira pela manhã, transmitiu a informação. "Este ele diz que tem a impressão de ter visto", afirmou dona Lilia, apontando uma foto do delegado Pedro Seelig. "Mas ele reconheceu...", interrompeu Ramiro, de 14 anos, um dos irmãos de Lilian Celiberti. "Ele tem a impressão de ter visto", corrigiu dona Lilia. "E os outros?", insistiu Maciel, indicando inclusive a página de VEJA com a foto de Didi Pedalada. "Os outros, não", respondeu ela.

É possível que Camilo tenha confun-

dido algumas pessoas. Mas é certo que atualmente o garoto não tem mais a tranquilidade que manifestara em dias anteriores. "Ele anda muito irritado, já não sei mais o que pode acontecer a ele se saírem mais notícias nos jornais brasileiros", diz dona Lilia. "A cada coisa que sai, os militares vêm aqui." Até mesmo ela sente que está fraquejando. Dizendo-se disposta a contar tudo o que sabe à comissão de advogados da OAB que embarca para Montevideu esta semana, na tentativa de investigar o seqüestro, teme ser levada a uma situação que a force a procurar asilo em uma embaixada. "Os militares vieram aqui me dizer que um grupo de advogados brasileiros vai levar o Camilo e a Francesca para o Brasil", queixou-se ela.

"EU TE FALEI..." — As autoridades uruguaias têm, evidentemente, motivos para se antecipar com uma campanha contra a comissão da OAB. Na quinta-feira, na presença de seu presidente nacional, Raymundo Faoro, a entidade enviou ao governador Sinval Guazzelli um relatório preliminar a respeito das investigações que fez sobre o caso, afirmando que "efetivamente (*os uruguaios*) encontravam-se em Porto Alegre e foram coercitivamente transladados para o vizinho país uruaio". A comissão de advogados vai a Montevideu decidida a ouvir da família Casariego todos os detalhes sobre o seqüestro. E, além disso, a OAB garantiu que mais cedo ou mais tarde o advogado João Antônio Castro, que diz conhecer um outro policial envolvido no crime, terá que ser ouvido. Até o momento, Castro tem fugido sistematicamente da imprensa, alegando que não pode fornecer o nome de seu cliente por motivos éticos — ele estaria, segundo argumenta, traindo o sigilo profissional se prestasse esclarecimentos.

Didi Pedalada, apesar da cobertura recebida por alguns colegas policiais, também parece nervoso. Na tarde de quinta-feira, reuniu-se com dois amigos no bar New Jullius, perto da Secretaria da Segurança. Com a barba crescida, sério, bebericou e conversou durante três horas e meia. Ao final, quando o grupo parecia já algo mais à vontade, um de seus amigos disse: "Eu te falei, Didi, tu não devia ter entrado para a polícia. Tu não dá para isso, cara". Mais tarde, o policial Orandir Portassi Lucas teria desabafado a um amigo mais íntimo, que repetiu a frase à reportagem de VEJA: "Se me pressionarem muito, eu falo tudo". ●

Nasce um Estado

Como aproveitar os erros dos mais velhos

Com um dia inteiro de festa, cujo ponto culminante é o concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, convidada para tocar a estréia do hino do novo Estado na praça central de Campo Grande, nasce nesta segunda-feira o longamente planejado Mato Grosso do Sul. Com 306 000 quilômetros quadrados de terras que se incluem entre as mais férteis do país, e 1,5 milhão de habitantes, o novo Estado — o primeiro que se estabelece desde a criação do Acre, em 1962 — terá uma vocação fortemente agropastoril.



Gov. Costa

Seu primeiro governador, o engenheiro gaúcho Harry Amorim da Costa, preparou-se longamente para administrar esses recursos. Ele planeja melhorar a ligação ferroviária com São Paulo e criar uma alternativa para ligar os campos de

cultura mecanizados recém-abertos na frenética região de Dourados a seu porto natural — Paranaguá (PR). E pensa melhorar também a estrada de ferro que vai até a região do Pantanal, o segundo pólo econômico de Mato Grosso do Sul, onde estão grandes fazendas de gado.

Mas a grande inovação do novo Estado, pelo menos no denso território burocrático, está na fórmula desenhada para sua administração. Assim, haverá um secretário para o desenvolvimento dos recursos humanos, encarregado de articular educação, saúde e cultura; o secretário do desenvolvimento econômico vai reunir os poderes que nos demais Estados se diluem pelas pastas da Indústria e Comércio, Trabalho, Turismo e Agricultura; e haverá um único encarregado da administração geral. Estratagemas como esse permitem que o primeiro governador de Mato Grosso do Sul comece seu mandato com uma equipe de apenas oito secretários — a metade do que habitualmente tem de nomear seus colegas. Pode não ser uma grande vantagem, mas — pelo menos — gasta-se com certa parcimônia. ●